



SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

**Direção Regional dos Assuntos Europeus
Gabinete de representação do Governo da Região Autónoma da Madeira junto da UE**

Boletim n.º 10 – Dezembro 2024

DESTAQUES

UM OLHAR SOBRE AS AUDIÇÕES DOS COMISSÁRIOS INDIGITADOS



As audições dos 20 candidatos para os cargos de Comissários e 6 candidatos para os cargos de Vice Presidentes da Comissão Europeia, indigitados pelos Estados Membros, decorreram no Parlamento Europeu de 4 a 12 de novembro.

As comissões parlamentares do Parlamento Europeu entrevistaram cada candidato no âmbito de audições individuais. Cada audição durou três horas e meia, e umas correram de forma mais pacífica que outras.

Entre os 26 candidatos, três demonstraram uma atenção especial às regiões ultraperiféricas, tanto no âmbito das suas observações iniciais como nas respostas que deram aos deputados que os questionaram.

O COMISSÁRIO PARA A AGRICULTURA CHRISTOPHE HANSEN (LUXEMBURGO, PPE)



Recordou que a UE conta com 9 milhões de explorações agrícolas, mais de 90 % das quais são explorações familiares.

Christophe Hansen, que conhece bem o mundo rural e agrícola (cresceu numa fazenda e o irmão escolheu de seguir o caminho do pai com a exploração agrícola da família), alertou sobre a grande pressão que está em cima dos ombros dos agricultores: pressão para ganhar a vida com o seu trabalho, pressão das alterações climáticas e de fenómenos meteorológicos extremos, da instabilidade geopolítica e da concorrência desleal, bem como da crescente complexidade regulamentar e dos encargos administrativos.

Disse que tenciona ser um comissário “no terreno” porque os agricultores sentem que as suas vozes não são ouvidas, pelo que saíram à rua no início deste ano. Aproveitará todas as oportunidades para visitar explorações agrícolas e agricultores em todos os Estados-Membros.

Em termos de propostas concretas, o Comissário comprometeu-se a:

1. Dar seguimento às recomendações do Diálogo Estratégico sobre o futuro da agricultura da UE e irá criar o Conselho Europeu Agro-Alimentar para assegurar uma melhor coordenação política em temas como a adaptação às alterações climáticas, a resiliência da água, o bem-estar dos animais etc.
2. Apresentar no prazo dos primeiros 100 dias do mandato a Visão para a agricultura e a alimentação que terá em conta uma pluralidade de pontos de vista e incluirá toda a cadeia de valor agroalimentar. Irá responder à questão central: como atrair uma futura geração de agricultores que assuma o papel da atual geração como guardiã das nossas zonas rurais?

Antes de concluir a sua intervenção, Christophe Hansen sublinhou que especial atenção deve ser dada ao emprego e ao desenvolvimento económico nas zonas rurais remotas, nas ilhas e especialmente nas regiões ultraperiféricas, para as quais os Tratados exigem esforços específicos.

Os eurodeputados dos Açores, Paulo Cabral (PPE) e André Rodrigues (S&D), membros da comissão da Agricultura, questionaram o Comissário:

- o primeiro perguntou se o Comissário estaria disposto a apoiar uma atualização do POSEI e a voltar a estabelecer uma taxa de cofinanciamento para as RUP no âmbito do FEADER em 85% no próximo Quadro Financeiro Plurianual.

- o segundo perguntou, ainda sobre a questão do reforço do POSEI, se o Comissário irá defender o papel e a participação das regiões na discussão e na futura PAC, e quais são as principais medidas concretas e ações que o Comissário irá desenvolver para defender as zonas rurais.

Christophe Hansen respondeu que os Tratados exigem que especial atenção seja prestada e esforços especiais feitos a favor das RUP, não só por causa da distância (custos adicionais diversos, zonas climáticas diferentes, etc.). Acrescentou que apoia totalmente o POSEI, mas recordou que para o período 2021 a 2027, os montantes do POSEI foram mantidos, quando noutras regiões foram reduzidos, portanto, poderia ter sido pior para as RUP.

Relembrou que a Comissão Europeia lançou uma avaliação do POSEI em 2022 que deve garantir a segurança a longo prazo do setor agroalimentar nas RUP.

Acrescentou ademais: *“Eu defenderei veementemente que a sua eficácia e o montante global sejam, pelo menos, mantidos. Penso que é muito importante dizer isto. Lutarei por vós nesse caso.”*

Confessou conhecer as RUP um pouco menos do que algumas regiões da Europa continental, e que precisa, sem dúvida, de se deslocar às RUP também para ver com as regiões onde estão os elos em falta. *“E prometo-vos que o farei e que, no meu mandato, estarei também por perto e não apenas no gabinete de Bruxelas. Isso será muito importante para ver o que pode ser feito.”*

O COMISSÁRIO PARA AS PESCAS E OS OCEANOS COSTAS KADIS (CIPRIOTA, PPE)



Demonstrou conhecer bem os assuntos na sua pasta. Nas suas respostas, procurou encontrar um equilíbrio entre os aspectos ambientais, sociais e económicos,

Sobre o futuro pacto para os oceanos, Costas Kadis disse que este tema será prioritário e terá como objetivo assegurar uma aplicação coerente de todos os textos europeus relativos aos oceanos. Apresentou o pacto como um quadro de referência, mas não entrou no detalhe do seu conteúdo. Repetiu várias vezes que a legislação existente já é suficiente e que continua a ser urgente assegurar a sua aplicação.

Relativamente às questões de saúde dos oceanos e biodiversidade, o Comissário defendeu que a adaptação às alterações climáticas deve ser uma prioridade, prometeu apoiar as ambições de poluição zero da UE e visar a ratificação do tratado das Nações Unidas sobre o alto mar.

A sua audição foi, no entanto, amplamente dominada por debates sobre a economia azul, sendo o oceano essencialmente abordado pelo prisma do seu potencial de competitividade, crescimento e segurança. Ademais, a pasta de Cóstas Kadís está ligada à pasta do Vice-Presidente indigitado para a Coesão e Reforma, e não à pasta da Vice-Presidente indigitada para a Transição Limpa. Esta decisão constitui uma grande [fonte de preocupação](#) para as ONG ambientais.

Relativamente às RUP:

Nas suas observações introdutórias, Costas Kadis mencionou especificamente a atenção particular que as regiões ultraperiféricas necessitam. Reconheceu que os desafios enfrentados pelos pescadores de pequena escala são muito diferentes dos desafios enfrentados pelas frotas de grande escala e de águas longínquas. *“Os desafios também diferem de uma bacia marítima para outra, do Báltico, do Mediterrâneo e do Mar Negro ao Atlântico Norte e às nossas regiões ultraperiféricas”.*

O candidato anunciou que irá conduzir a avaliação exaustiva da política comum das pescas, a fim de garantir a sua adequação ao contexto atual em evolução e a sua capacidade para enfrentar os desafios emergentes. A avaliação incluirá uma ampla consulta das partes interessadas e os resultados estarão disponíveis no final do próximo ano. Prometeu que se a avaliação apontar para pontos fracos, não hesitará em recomendar a ação legislativa necessária para melhorar a PCP.

Vários eurodeputados questionaram o candidato sobre a sua posição relativamente à pesca em pequena escala e às pequenas frotas. Gabriel Mato (PPE, Canárias), Paulo Cabral (PPE, Açores) e André Rodrigues (S&D, Açores) questionaram especificamente sobre a posição do candidato relativamente à renovação das frotas nas RUP.

Nas suas respostas, o candidato afirmou que tinha compreendido perfeitamente as especificidades das RUP e que as apoiaria: *“Comprometo-me a apoiar-vos de todas as formas que estiverem ao meu alcance”.*

Recordou que 315 milhões de euros foram especificamente afetados às RUP no âmbito do FEAGA e que são previstas medidas específicas para as RUP, o que Costas Kadis pretende manter e reforçar no futuro.

No que diz respeito aos auxílios à renovação da frota, recordou que as RUP são atualmente os únicos territórios da União Europeia autorizados a renovar as suas frotas, sublinhando no entanto que tem conhecimento do facto de que as RUP só têm direito a estas ajudas se estiverem reunidas condições muito específicas. Afirmou estar empenhado em analisar esta questão, a fim de apoiar e ajudar estas regiões.

Por fim, afirmou que gostaria de visitar as regiões ultraperiféricas para ver a realidade no terreno.

O VICE PRESIDENTE EXECUTIVO PARA A COESÃO E REFORMAS RAFFAELE FITTO (ITALIANO, CRE)



Disse na sua intervenção de introdução que a política de Coesão está no centro da integração europeia. Deve desempenhar um papel fundamental na garantia do progresso económico e social da União Europeia e na redução das disparidades entre os diferentes territórios e regiões. *“As nossas regiões, as nossas cidades, as nossas comunidades locais e os nossos cidadãos estão no centro desta política. Concentrar-nos-emos nos quase 20 milhões de europeus que vivem em regiões insulares, nos 5 milhões de pessoas que vivem nas regiões ultraperiféricas e nos outros milhões que vivem em zonas rurais.”*

Raffaele Fitto disse que as regiões ultraperiféricas merecem, sem dúvida, um tratamento diferenciado, tanto pela dimensão do problema como pela sua relevância. Relativamente à dimensão, existe segundo ele a possibilidade de poder direccionar os recursos de uma forma específica com um trabalho adaptado especificamente a todas as regiões ultraperiféricas. Em segundo lugar, as RUP representam uma particularidade em relação ao resto da política de Coesão, razão pela qual existe a possibilidade de ter algumas derrogações. Não só é justificado como também envia um sinal da presença e da importância da política europeia nesta direção. O VPE sublinhou que algumas regiões ultraperiféricas apresentam dados económicos e de crescimento positivos e outras, pelo

contrário, apresentam riscos e problemas muito maiores. Há o dever de fazer uma leitura diferente, tanto pela dimensão, porque são apenas nove regiões ultraperiféricas, como pela interação com os Estados-Membros, que são apenas três.

O VPE disse que será importante e positivo trabalhar em conjunto para que se possam encontrar estratégias gerais sobre as regiões ultraperiféricas, e derrogações adaptadas a cada território. Fitto disse que as RUP *“têm o meu empenhamento porque este é um domínio muito importante da política de coesão.”*

O Eurodeputado da Madeira, Sérgio Gonçalves (S&D), perguntou ao VPE se se compromete claramente a defender o modelo descentralizado da política de Coesão, porque a questão não é tanto se existem recursos suficientes ou como vão ser utilizados, mas sim como vai ser o processo para que as RUP tenham acesso a esses fundos. O Deputado enfatizou a necessidade de previsibilidade para que se possa investir com perspetiva de longo prazo, e, ao mesmo tempo, flexibilidade para dar resposta às especificidades de uma região em particular e num determinado momento.

Raffaele Fitto respondeu que entende o tema do papel das regiões e do papel das autarquias locais como uma questão central, ou mesmo decisiva, no caso das regiões ultraperiféricas, porque não há grande alternativa a não haver um diálogo estreito e forte com as autarquias locais. Recordou que 130 regiões europeias escreveram uma carta à Presidente von der Leyen, desejando que a Coesão fosse acompanhada de uma vice-presidência, e a Presidente von der Leyen satisfaz esse pedido.

O COMISSÁRIO PARA O TRANSPORTE E O TURISMO SUSTENTÁVEIS APOSTOLOS TZITZIKOSTAS (GREGO, PPE)



Não mencionou as regiões ultraperiféricas na sua intervenção introdutório e não houve nenhuma pergunta sobre as RUP ou a criação de um POSEI-transportes.

Tzitzikostas realçou que os transportes e o turismo são pilares básicos para alcançar a prosperidade e a competitividade sustentáveis na UE.

O Comissário disse que irá no início do seu mandato apresentar uma estratégia para os portos europeus. *“Num ambiente internacional volátil, estas portas de entrada para o comércio internacional e a prosperidade devem manter-nos ligados ao mundo, mas também economicamente independentes e seguros, assegurando simultaneamente a transição para uma indústria respeitadora do clima.”*

No que diz respeito ao transporte marítimo, este necessita apoio à produção e acessibilidade dos combustíveis sustentáveis e à eletrificação. Para descarbonizar o setor, um plano de investimento em transportes sustentáveis será apresentado em 2025.

Defendeu que a competitividade deve assentar na sustentabilidade: o Comissário pretende incentivar uma maior utilização de automóveis com emissões zero e de veículos pesados mais limpos, acelerar a redução das emissões das frotas das empresas, promover a mobilidade urbana sustentável (transportes públicos, apoio à indústria do ciclismo...), e transferir o transporte de mercadorias para modos mais sustentáveis, como o caminho de ferro e as vias navegáveis interiores.

A conclusão da rede ferroviária e a ligação das cidades por comboio de alta velocidade serão uma prioridade máxima. Disse ainda que irá apresentar no próximo ano um plano para ligar as capitais e as grandes cidades da UE por caminho de ferro de alta velocidade. *“E pretendo também melhorar a conectividade ferroviária em geral, para que nenhuma região fique para trás.”* Acrescentou ademais que *“O alargamento da rede RTE-T ajudar-nos-á a integrar os futuros Estados-Membros da UE - Ucrânia, Moldávia, Balcãs Ocidentais - no mercado único, contribuindo para os proteger, a eles e a nós, de futuros choques. Assegura igualmente a conectividade dos Estados-Membros periféricos.”*

Relativamente à acessibilidade e ao preço dos transportes, o Comissário disse que os transportes têm de ser acessíveis para todos em todas as regiões da nossa União. Nomeadamente, nas zonas rurais, os transportes públicos são fundamentais para o desenvolvimento. Disse que irá apresentar uma recomendação sobre a pobreza nos transportes para garantir que os fundos disponíveis para os transportes sejam gastos de forma sensata.

Falando do setor do turismo, a Europa é o primeiro destino turístico com mais de três milhões de microempresas ativas, muitas delas empresas familiares de alojamento, restauração, transporte de passageiros e agências de viagens. O Comissário disse que irá apresentar uma estratégia de turismo sustentável para apoiar o setor, preservando simultaneamente o ambiente e o bem-estar das comunidades locais.

INSTITUIÇÕES EUROPEIAS 2024-2029

AS NOVAS EQUIPAS DE GESTÃO ENTRARAM EM FUNÇÕES

A COMISSÃO VDL II ENTROU EM FUNÇÕES NO DIA 1 DE DEZEMBRO



A equipa de Ursula von der Leyen foi aprovada pelo Parlamento Europeu a 27 de novembro, embora com uma maioria mais ténue do que em 2019 (370 a favor, 282 contra, 36 abstenções). Os grupos PPE (direita), S&D (socialistas) e Renew (liberais) apoiaram largamente o colégio, enquanto os Verdes e o ECR (ultra-conservadores) votaram de forma dispersa. A esquerda radical (GUE-NGL) e a extrema-direita (Pfe e ESN) votaram contra.

A composição dos gabinetes da Presidente, dos Vice Presidentes Executivos e dos Comissários está em fase de desenvolvimento. Já circulam organogramas, mas ainda incompletos.

https://op.europa.eu/en/web/who-is-who/organization/-/organization/COM_CAB/COM_CAB

A Presidente von der Leyen comprometeu-se a avançar rapidamente com reformas de grande alcance durante os **100 primeiros dias do seu mandato, com 8 propostas chave:**

1. **Lei da indústria limpa**, uma estratégia para apoiar a descarbonização industrial, simplificar os processos de licenciamento e preparar um objetivo de redução das emissões para 2040
2. **Ato acelerador da descarbonização industrial**, com investimentos em tecnologias e infraestruturas limpas para sectores com utilização intensiva de energia, a fim de apoiar a transição ecológica, e **Iniciativas de fábricas de IA**, que proporcionam uma capacidade de supercomputação adaptada às empresas em fase de arranque e às indústrias de IA
3. **Plano de ação europeu sobre cibersegurança para os hospitais**, reforçando a cibersegurança no sector da saúde para combater o “ransomware” e os

ciberataques, e **Diálogos anuais sobre as políticas de juventude**, lançando diálogos estruturados para envolver os jovens europeus na definição das políticas da EU

4. **Visão para a agricultura e a alimentação**, estabelecendo um plano abrangente para apoiar uma agricultura sustentável e competitiva, garantir rendimentos justos aos agricultores e reduzir a burocracia
5. **Revisões das políticas pré-alargamento**, realizando revisões sectoriais para os países candidatos, centradas no alinhamento com as prioridades da UE, como o mercado único, a defesa e a migração
6. **Livro Branco sobre o futuro da defesa europeia**, que estabelece prioridades para as estratégias de defesa da UE

ANTÓNIO COSTA TAMBÉM TOMOU POSSE COMO PRESIDENTE DO CONSELHO EUROPEU A 1 DE DEZEMBRO



Sucedendo ao belga Charles Michel no cargo, para um mandato de dois anos e meio renováveis.

Pedro Lourtie, ex-representante permanente de Portugal junto da União Europeia, é chefe de gabinete do Presidente.

David Oppenheimer, ex- conselheiro diplomático de António Costa, é chefe de gabinete adjunto.

Bernardo Pires de Lima, analista de política internacional e até agora conselheiro político do Presidente da República, é conselheiro político e speechwriter de António Costa

<https://www.consilium.europa.eu/pt/european-council/president/cabinet/>

DUAS PORTUGUESAS OCUPAM CARGOS DE TOPO



Ursula von der Leyen nomeou Paula Pinho como porta-voz principal da Comissão Europeia.

Paula Pinho é advogada de formação e trabalha para a Comissão desde 2000. Foi membro de gabinete de vários comissários europeus e diretora na Direção-Geral da Energia. Fala seis línguas: português, alemão, inglês, francês, espanhol e italiano.

Uma das principais funções do porta-voz principal é responder às perguntas dos jornalistas na conferência de imprensa diária da Comissão, conhecida como briefing do meio-dia.



O Parlamento Europeu elegeu Teresa Anjinho para Provedora de Justiça Europeia (EU Ombudsman) no dia 17 de dezembro.

Assumirá funções numa cerimónia de juramento a 27 de fevereiro de 2025, no Tribunal de Justiça da União Europeia.

Teresa Anjinho é advogada de direitos humanos e antiga Provedora de Justiça de Portugal.

Na segunda e última ronda de votações, Teresa Anjinho obteve a maioria absoluta de 344 eurodeputados, evitando a necessidade de uma terceira volta.

PROGRAMAS DE TRABALHO

PROGRAMA DE TRABALHO DA COMISSÃO EUROPEIA PARA O ANO 2025

No dia 1 de dezembro, circulou um documento intitulado “Lista dos pontos previstos para figurar na ordem do dia das próximas reuniões da Comissão”, cujos destinatários são os membros da Comissão, Diretores gerais e chefes de serviço.

O documento apresenta pontos possíveis das ordens de trabalhos do Colégio de Comissários entre os dias 11 de dezembro de 2024 e 26 de fevereiro de 2025. Segundo o documento, o Programa de trabalho da Comissão para 2025 será apresentado durante o plenário do Parlamento Europeu em Estrasburgo na semana de 10-13 de fevereiro.

O planeamento é indicativo e a lista indicativa inclui apenas os principais pontos políticos. A Presidente pode, a qualquer momento, decidir alterar o planeamento e/ou convocar reuniões adicionais do Colégio.

De acordo com este documento, o novo executivo europeu pretende apresentar a sua “bússola da competitividade” em 15 de janeiro, a primeira grande iniciativa da nova Comissão. A estratégia indicará o que a Comissão adotou em relação às recomendações do [relatório de Mario Draghi](#) sobre a competitividade, e será dividida em três capítulos principais:

- o Pacto para a Indústria Limpa
- um “ato” sobre a economia circular
- um pacote sobre a indústria química

Em fevereiro de 2025, a Comissão tenciona apresentar a sua visão para a agricultura e a alimentação, e o seu “pacote de simplificação omnibus” (permitindo tratar vários assuntos ao mesmo tempo) que poderá incluir legislação como o regulamento relativo à informação extra-financeira (CSRD) e o regulamento relativo ao dever de diligência das empresas, ambos com aspetos ambientais, bem como a taxonomia dos investimentos sustentáveis.

Data da reunião da Comissão (datas a confirmar)	Eventuais pontos para procedimento oral ou debate, ou eventos	Presidente/VP Responsável	Outros eventos relevantes
11/12/2024	Comunicação sobre a luta contra os ataques híbridos e o tráfico ilícito de migrantes Debate de orientação sobre as relações UE-EUA	VIRKKUNEN	

17/12/2024 (Estrasburgo)	Semestre Europeu - Pacote de outono II -Relatório Conjunto sobre o Emprego -Relatório do Mecanismo de Alerta -Recomendação para a Área do Euro	SÉJOURNÉ	Plenário do PE (16-19 de dezembro) 19 de dezembro Conselho Europeu
15/01/2025	Competitiveness Compass Relatório Anual sobre o Mercado Único e a Competitividade	PRESIDENTE SÉJOURNÉ	Visita à Presidência rotativa do Conselho Polónia (9-10 de janeiro)
21/01/2025 (Estrasburgo)	Plano de ação europeu sobre a cibersegurança dos hospitais e prestadores de cuidados de saúde	VIRKKUNEN	Plenário do PE (20-23 de janeiro)
05/02/2025	Comunicação sobre a abordagem dos desafios das plataformas de comércio eletrónico	VIRKKUNEN	Compromisso solene - Tribunal de Justiça (27 de janeiro) Seminário do Colégio (30-31 de janeiro)
11/02/2025 (Estrasburgo)	Programa de trabalho da Comissão para 2025	PRESIDENTE	Plenário do PE (10-13 de fevereiro)
19/02/2025	Uma visão para a agricultura e a alimentação	FITTO	
26/02/2025	Pacote de simplificação do Clean Industrial Deal Omnibus	RIBERA / SÉJOURNÉ SÉJOURNÉ	

Em paralelo, o Partido Popular Europeu (PPE) está a finalizar o programa de trabalho que gostaria de ver implementado pela Comissão Europeia em 2025. O [documento](#) foi apresentado internamente.

Os coordenadores do grupo PPE apresentam 30 iniciativas, incluindo:

- uma estratégia para a competitividade, baseada no relatório Draghi
- a revisão da diretiva sobre as emissões industriais que querem separar em dois textos, um dedicado à indústria e outro à agricultura
- a revisão da diretiva sobre as práticas comerciais desleais para melhorar a remuneração dos agricultores
- uma estratégia sobre o hidrogénio
- a reforma da Política Comum das Pescas
- um regulamento omnibus para simplificar e acelerar os procedimentos de concessão de licenças

- um regulamento sobre o financiamento das ONG, em particular para garantir a independência das organizações em relação a influências económicas e políticas.

Sobre este último ponto, 31 ONGs ambientais manifestaram a sua preocupação com uma potencial redução do apoio financeiro que recebem da EU.

PROGRAMA DE TRABALHO DA PRESIDÊNCIA POLACA DO CONSELHO DA UE



A Polónia irá tomar posse da Presidência rotativa do Conselho da UE no dia 1 de janeiro de 2025.

As prioridades da Polónia para o seu semestre como Presidente do Conselho até 30 de junho de 2025, na área da agricultura, incluem:

- a posição dos agricultores na cadeia de valor e os seus rendimentos
- a proposta da Comissão para alterar o Regulamento OCM
- a proposta de diretiva da Comissão contra as práticas comerciais desleais

A Presidência Polaca deseja contribuir para uma PAC forte pós-2027 e tenciona organizar um debate político sobre a visão para a agricultura preparada por Christophe Hansen, que abordará também o futuro alargamento da UE, incluindo a Ucrânia.

A Polónia espera aproveitar a sua Presidência para concluir as discussões sobre as novas técnicas genómicas (NGT) e está a preparar uma proposta de compromisso sobre o projeto de regulamento. Esta proposta deverá ser apresentada aos Estados-Membros numa reunião técnica por volta de 20 de janeiro de 2025.

Por último, tenciona prosseguir os trabalhos sobre o projeto de regulamento relativo à proteção dos animais durante o transporte.

Na área do ambiente, a futura Presidência quer racionalizar a realização dos objetivos do Pacto Ecológico Europeu, simplificando a arquitetura verde da PAC para que seja aceitável para os agricultores. No capítulo dedicado à formação ambiental, a Polónia

reitera a sua abordagem ao assunto: favorecer incentivos e medidas de apoio em vez de proibições e encargos excessivos que poderiam minar o apoio público à transição ecológica.

A questão da gestão sustentável das espécies protegidas que causam danos à produção agrícola é outro tema importante para a próxima presidência.

A futura Presidência anunciou também querer organizar debates no Conselho da UE sobre os aspetos ambientais do Pacto para uma Indústria Limpa, sobre a resiliência da água e sobre a gestão dos riscos climáticos.

No que diz respeito aos dossiês legislativos, a Polónia tem o objetivo de adotar uma abordagem geral sobre o regulamento relativo à monitorização das florestas e planeia continuar ou lançar trólogos sobre os dossiês atuais (diretiva relativa à monitorização dos solos, diretiva relativa aos resíduos, regulamento relativo aos microplásticos, diretiva relativa às alegações ambientais, revisão da lista de substâncias prioritárias na água, pacote “uma substância, uma avaliação”).

Em termos de política comercial, a Presidência pretende trabalhar para garantir condições de concorrência equitativas com os países terceiros e defender a competitividade do sector.

<https://polish-presidency.consilium.europa.eu/media/zkcno325/programme-of-the-polish-presidency-of-the-council-of-the-european-union.pdf>

<https://polish-presidency.consilium.europa.eu/en/>

2024 CONCLUI OS SEUS TRABALHOS

FIM DAS NEGOCIAÇÕES PARA O ACORDO EU-MERCOSUL



A presidente da Comissão Europeia e o Comissário do Comércio, Maroš Šefčovič, deslocaram-se a Montevideo, no Uruguai, a 5 de dezembro, onde se realizou uma cimeira dos países do Mercosul.

Apesar das preocupações partilhadas por alguns Estados Membros (França, Itália, Polónia), Ursula von der Leyen anunciou a conclusão das negociações em 6 de dezembro, 20 anos depois do início das negociações com esse bloco de parceiros comerciais.

O Comissário da Agricultura Christophe Hansen defendeu que a EU tem setores ofensivos, como o vinho e os produtos lácteos, que beneficiarão deste acordo, e garantiu que uma série de medidas foram tomadas para reforçar a competitividade dos produtores europeus e para proteger os setores sensíveis.

A Comissão garantiu que o texto de acordo já não é o mesmo texto de 2019.

[EU-Mercosur: Text of the agreement](#)

O Parlamento Europeu também se mostrou bastante crítico relativamente à opacidade das negociações entre a EU e o Mercosul, e alguns grupos denunciaram a incoerência da política comercial da EU.

O texto de acordo terá primeiro de ser traduzido e examinado juridicamente. Depois, para entrar em vigor, o acordo terá de ser aprovado por uma maioria qualificada de Estados e pelo Parlamento Europeu, bem como pelos parlamentos nacionais. Mas o executivo europeu pode dividir o acordo, de modo a que os parlamentos nacionais não tenham de votar as partes que são da competência europeia.

França está a tentar mobilizar outros Estados Membros com o objetivo de criar uma “minoridade de bloqueio”, cujos votos impediriam as delegações que apoiam o acordo de alcançar uma maioria qualificada. A Áustria e a Polónia indicaram que se opõem ao acordo tal como está e a Câmara dos Representantes dos Países Baixos pediu ao seu governo que adotasse uma posição semelhante. Espera-se que a Bélgica se abstenha na ausência de um acordo a nível federal. Nesta situação, a Itália poderá fazer pender a balança para um lado ou para o outro.

Num [comunicado de imprensa](#) publicado a 26 de novembro por oito organizações europeias, estas explicam que apoiam a promoção dos produtos agrícolas europeus em países terceiros, mas consideram que, na sua forma atual, o acordo comercial com os países do Mercosul agravaria a concorrência desleal.

Alguns comentadores questionam se o compromisso interinstitucional alcançado a 3 de dezembro para adiar por um ano a entrada em vigor do regulamento sobre a desflorestação, que constituía um ponto de descontentamento para o Brasil, quebrou finalmente o impasse.

[Q&A EU-Mercosur partnership agreement](#)

[EU-MERCOSUR TRADE AGREEMENT - TRADE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT](#)

ADIAMENTO POR UM ANO DO REGULAMENTO SOBRE DESFLORESTAÇÃO



A comissão do Ambiente do Parlamento Europeu aprovou o adiamento do regulamento sobre desflorestação no dia 4 de dezembro, no âmbito do acordo alcançado em tríplice no dia anterior para adiar a entrada em vigor do regulamento por um ano.

O acordo foi aprovado na última sessão plenária do Parlamento Europeu em Estrasburgo, em 17 de dezembro. Agora, o texto terá de ser definitivamente adotado pelo Conselho da UE antes de 30 de dezembro. O Conselho prevê a adoção por procedimento escrito, o que significa que a votação não será inscrita na ordem do dia do Conselho. Caso contrário o regulamento entrará em vigor a 30 de dezembro, como inicialmente previsto.

As obrigações previstas no texto entrarão em vigor a 30 de dezembro de 2025 para as grandes empresas e a 30 de junho de 2026 para as pequenas empresas.

Um [regulamento de aplicação](#) que especifica o funcionamento do sistema de informação foi publicado no Jornal Oficial da União Europeia, em 6 de dezembro. É nesta plataforma informática, aberta no início de dezembro, que os operadores e comerciantes que comercializam as mercadorias abrangidas pelo regulamento (cacau, soja, carne de bovino, etc.) em solo europeu devem preencher as suas declarações de diligência. Estas devem permitir verificar que os produtos comercializados não são resultado de desflorestação. O regulamento delegado define em pormenor as regras que regem a proteção dos dados pessoais. O texto estipula igualmente que a Comissão Europeia deve garantir que os utilizadores do sistema de informação possam preencher automaticamente as suas declarações.

FEADER EM APOIO AOS ESTADOS MEMBROS QUE FAZEM FACE A CATÁSTROFES NATURAIS



A 21 de outubro de 2024, a Comissão Europeia apresentou uma proposta de alteração ao Regulamento relativo a medidas específicas no âmbito do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) para a prestação de assistência adicional aos Estados-Membros afetados por catástrofes naturais. Esta proposta faz parte de um pacote que inclui alterações à política de coesão e ao quadro jurídico agrícola.

A Comissão Europeia propôs medidas adicionais no âmbito do FEADER 2014-2022 em termos de apoio aos Estados-Membros para fazer face ao aumento da frequência e da intensidade das catástrofes naturais e mitigar os impactos nos agricultores, silvicultores e as pessoas que vivem em zonas rurais:

1. Introduzir uma nova medida que permita aos Estados-Membros prestar apoio de liquidez aos agricultores, aos proprietários florestais e às PME que transformam produtos agrícolas e florestais afetados por catástrofes naturais ocorridas a partir de 1 de janeiro de 2024.
2. Proporcionar flexibilidade orçamental para ajudar os Estados-Membros a aplicar medidas de restabelecimento do potencial de produção e financiar a nova medida
3. Reduzir a carga administrativa para os beneficiários e as administrações

Durante uma troca de opiniões na comissão da Agricultura do Parlamento Europeu, o Diretor responsável por esta proposta na Direção-Geral da Agricultura da Comissão Europeia pediu ao Parlamento para que ative um procedimento acelerado a fim de adotar rapidamente um ato de execução que altere os programas agrícolas

Os Eurodeputados tiveram a oportunidade de exprimir a sua opinião sobre esta proposta: a maioria dos grupos políticos sublinharam o carácter de desigualdade entre Estados-Membros nesta medida entre aqueles que fizeram bem o seu trabalho (consumiram os fundos disponíveis) e que vão ficar fora do alcance destas medidas adicionais, e aqueles que não sabem consumir os fundos disponíveis e que vão ter acesso a fundos para lutar contra catástrofes naturais.

A Comissão respondeu que esta medida de emergência procura utilizar dinheiro ainda disponível nos envelopes de 2021-2022 que ainda poderão ser utilizados até ao final de 2025. Trata-se de ajudar os EM que não conseguem consumir todos os fundos disponíveis, em vez de perderem esse dinheiro, e de ajudar os agricultores a sobreviverem. Não se trata de afetar fundos dos planos estratégicos, planos que já prevêm medidas mais a longo prazo.

O Parlamento Europeu adotou a sua posição em plenário em Estrasburgo no dia 17 de dezembro: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-10-2024-0026_PT.pdf

Proposta da Comissão:

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52024PC0495>

<https://www.consilium.europa.eu/fr/press/press-releases/2024/12/18/council-gives-final-green-light-to-package-of-measures-to-assist-member-states-affected-by-natural-disasters/>

RESTORE - APOIO REGIONAL DE EMERGÊNCIA À RECONSTRUÇÃO



O Parlamento Europeu adotou na terça-feira 17 de dezembro o seu relatório sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho RESTORE – Apoio Regional de Emergência à Reconstrução, que altera o Regulamento (UE) 2021/1058 e o Regulamento (UE) 2021/1057.

Os Eurodeputados votaram 638 a favor, 10 contra e 5 abstenções.

A proposta da Comissão Europeia é uma resposta às inundações catastróficas que afetaram alguns países da Europa Central e Oriental e aos incêndios florestais que assolaram várias regiões de Portugal em setembro de 2024. No final de outubro, apenas alguns dias após a publicação da proposta, as chuvas torrenciais inéditas no leste de Espanha, que causaram um número angustiante de vítimas e enormes perdas materiais, vieram enfatizar a urgência de uma resposta da UE às catástrofes provocadas pelo clima.

Perante estas catástrofes, os correlatores do Parlamento Europeu – Andrzej Buła (Polaco, PPE) e Younous Omarjee (Francês, GUE/NGL) acolhem favoravelmente todas as medidas diligentes do Parlamento em favor das pessoas e dos territórios afetados. Sublinham a importância de aplicar o princípio de «reconstruir melhor», visando a construção de infraestruturas sustentáveis e resilientes que tenham mais capacidade para resistir a eventuais catástrofes naturais futuras. Importa, no entanto, aplicar este princípio sem criar encargos administrativos ou jurídicos suplementares para os territórios, os cidadãos e as autoridades locais, que já estão a braços com os efeitos de uma catástrofe e tentam reconstruir e restabelecer os locais afetados.

O Parlamento sublinha, além disso, que a política de coesão deve continuar a ser uma política de longo prazo, baseada nos objetivos estabelecidos nos artigos 174.º e 175.º do TFUE. O Parlamento está preocupado com a utilização frequente da política de coesão da União, nomeadamente tal como plasmada no FEDER, no Fundo de Coesão e no Fundo Social Europeu Mais, como um instrumento de resposta a emergências, e sublinha que esta abordagem representa um risco para os objetivos estratégicos e de investimento a longo prazo da política de coesão.

Este novo regulamento permitirá que os fundos europeus sejam mobilizados imediatamente após uma catástrofe natural, ao passo que, anteriormente, seria necessário mais de um ano.

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52024PC0496>

https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-10-2024-0059_PT.pdf

<https://www.consilium.europa.eu/fr/press/press-releases/2024/12/18/council-gives-final-green-light-to-package-of-measures-to-assist-member-states-affected-by-natural-disasters/>

[Pergunta parlamentar | Apoio da UE à recuperação após o incêndio florestal na Madeira | P-002446/2024 | Parlamento Europeu](#)

[P-10-2024-002446-ASW_PT.pdf](#)

INSUCESSO DO TRATADO SOBRE OS PLÁSTICOS



Cerca de 2.000 negociadores e observadores de 175 países reuniram-se no final de novembro em Busan, na Coreia do Sul, para tentar chegar a acordo sobre um novo tratado internacional de combate à poluição por plásticos.

Após sete dias de negociações, a comunidade internacional deixou a Coreia do Sul, a 2 de dezembro, sem o acordo que se tinha comprometido a concluir antes do final de 2024. Embora a maioria a favor de um tratado vinculativo e ambicioso tenha sido reforçada, os negociadores bloquearam sobre três pontos: a produção de plásticos, o mecanismo financeiro e o sistema de tomada de decisões.

As negociações serão retomadas no primeiro semestre de 2025.

REGULAMENTO SOBRE AS EMBALAGENS



O regulamento relativo a embalagens e resíduos de embalagens foi definitivamente aprovado pelo Parlamento Europeu em Estrasburgo em 27 de novembro de 2024.

Não tendo sido levantadas quaisquer objeções, o regulamento foi adotado pelos eurodeputados sem votação. O texto tinha sido aprovado pela primeira vez na primavera, no âmbito de um processo de urgência, mas a sua versão final, depurada pelos juristas-linguistas, tinha ainda de ser validada.

O Conselho da EU adotou o Regulamento no dia 16 de dezembro ainda sob Presidência húngara.

O regulamento será agora publicado no Jornal Oficial da UE e entrará em vigor. O regulamento será aplicado 18 meses após a data de entrada em vigor.

<https://data.consilium.europa.eu/doc/document/PE-73-2024-INIT/pt/pdf>

AGRICULTURA BIOLÓGICA NA EU ESTÁ LONGE DAS METAS ESTABELECIDAS



Na segunda-feira, 2 de dezembro, a auditora do Tribunal de Contas Europeu esteve na Comissão da Agricultura do Parlamento Europeu para apresentar o seu relatório altamente crítico sobre o impacto das políticas europeias na agricultura biológica.

O relatório aponta para o facto de que embora tenham sido previstos 12 mil milhões de euros para apoiar o sector da agricultura biológica entre 2014 e 2022, e mais 15 mil milhões de euros possam ser atribuídos até 2027, estes apoios não deram frutos na agricultura biológica devido a lacunas nas políticas nacionais e europeias.

Ademais, cultivar 25% das terras em modo "bio" até 2030 parece meta impossível segundo os auditores.

<https://www.eca.europa.eu/pt/news/news-sr-2024-19>

NOVAS COMISSÕES E SUBCOMISSÕES NO PARLAMENTO EUROPEU



No dia 18 de dezembro, os eurodeputados aprovaram os mandatos das comissões da Saúde e da Defesa, bem como das comissões especiais sobre a [crise da habitação](#) e o [escudo democrático](#).

Estas duas últimas comissões, cada uma com 33 membros, terão um ano para elaborar e adotar um relatório. Segundo o acordo alcançado a 13 de dezembro entre os três grupos

de centro do Parlamento, o Partido Popular Europeu (PPE) será responsável por estes dois relatórios. Os sociais-democratas (S&D) presidirão à comissão especial sobre a habitação, enquanto os centristas (RENEW) presidirão à comissão sobre o escudo democrático.

Para as comissões da Saúde e da Defesa, que passarão a ter 43 membros cada uma, a sua subida de categoria de subcomissão para comissão implica a [alteração de](#) um anexo ao Regulamento do Parlamento. A Comissão da Defesa não assumirá as competências da Comissão da Indústria (ITRE), mas as duas comissões poderão disputar entre si algumas questões, como o Programa da Indústria da Defesa (EDIP), cujo relatório já foi pedido pela Comissão dos Assuntos Externos.

FOCO NAS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS

O PARLAMENTO OBSERVA UM MINUTO DE SILÊNCIO PARA MAYOTTE, A 9ª REGIÃO ULTRAPERIFÉRICA DA EU



Com rajadas de mais de 220 km/h, o olho do ciclone Chido Eye atingiu duramente Mayotte no sábado 14 de dezembro de 2024.

Mayotte tornou-se uma Região Ultraperiférica em 2014.

XXIX CONFERÊNCIA DOS PRESIDENTES DAS RUP, ABRIL DE 2025



A XXIX Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas realizar-se-á nos dias 7 e 8 de abril de 2025 na ilha da Reunião.

Uma reunião intermediária será realizada em Estrasburgo, no Parlamento Europeu, em 21 e 22 de janeiro de 2025.

Huguette Bello, Presidente do Conselho Regional da Reunião, transmitirá a Presidência rotativa para Ary Chalus, Presidente do Conselho Regional de Guadalupe (2025), antes de passar para a Região Autónoma da Madeira (2026).

CRIAÇÃO DE UM NOVO INTERGRUPO DEDICADO À COESÃO E ÀS RUP NO PARLAMENTO EUROPEU



A Conferência dos Presidentes do Parlamento Europeu aprovou oficialmente no dia 11 de dezembro a criação do Intergrupo "Política de Coesão e Regiões Ultraperiféricas".

A iniciativa deste Intergrupo é dos eurodeputados Paulo Cunha, Chefe da Delegação portuguesa do PPE, e Paulo de Nascimento Cabral, deputado dos Açores.

O intergrupo obteve o apoio dos grupos PPE, S&D e RENEW.

Todos os deputados das RUP mostraram interesse em participar ativamente nas atividades do intergrupo.

Os gabinetes dos Deputados responsáveis irão agora proceder à recolha de assinaturas dos deputados que pretendam apoiar e participar nas atividades do intergrupo.

Deverão também ser negociados os cargos de Presidente e Vogais.

Este intergrupo figura entre os 28 intergrupos oficialmente aprovados pelos Presidentes dos grupos políticos do Parlamento Europeu:

- Bem-estar e conservação dos animais
- Anti-corrupção
- ARDI (Antirracismo e diversidade)
- Atração do investimento para garantir uma UE competitiva e sustentável
- Biodiversidade, caça e paisagem rural
- Cancro e doenças raras
- Direitos das crianças
- Cristãos no Médio Oriente
- Política de coesão e regiões ultraperiféricas
- Demografia
- Deficiência
- Património Cultural Europeu, Caminhos de Santiago e outros itinerários culturais europeus
- Luta contra a pobreza
- Liberdade de religião, de crença e de consciência
- Futuro da educação e das competências para uma Europa competitiva
- Intergrupo para uma pecuária sustentável
- LGBTQ+
- Saúde mental
- Polícia
- Resiliência, gestão de catástrofes e proteção civil
- SEARICA (mares, rios, ilhas e zonas costeiras)
- Céu e espaço
- PME
- Economia social e serviços de interesse geral
- Sindicatos
- Minorias tradicionais, comunidades nacionais e línguas

- Solução de dois Estados para Israel e a Palestina
- Vinho, produtos alimentares de qualidade e bebidas espirituosas

X CONGRESSO EUROPEU DOS JOVENS AGRICULTORES



O Eurodeputado dos Açores, Paulo do Nascimento Cabral, membro da comissão parlamentar da Agricultura, convidou as organizações agrícolas portuguesas para participar no X Congresso Europeu dos Jovens Agricultores que decorreu no Parlamento Europeu em Bruxelas no dia 11 de dezembro.

Paulo do Nascimento Cabral é Embaixador do Congresso europeu dedicado à nova geração de agricultores. O evento proporcionou uma importante plataforma de diálogo sobre o futuro da agricultura e uma oportunidade de Diálogo e de Defesa dos Interesses Agrícolas Portugueses em Bruxelas.

Por parte da Região Autónoma da Madeira, participaram o Eng. João Ferreira, Presidente da Associação dos Agricultores da Madeira, e Rosana Mendonça, Presidente da direção da Associação de Jovens Agricultores da Madeira e Porto Santo (AJAMPS).

A comitiva portuguesa estava composta por mais de 50 agricultores e dirigentes associativos, incluindo das duas Regiões Autónomas.

A edição deste ano foi de particular importância, uma vez que, no decurso de 2025, a Comissão Europeia deverá apresentar as propostas de regulamento que nortearão a nova Política Agrícola Comum, assim como o novo Quadro Financeiro Plurianual.

Durante o congresso, foram debatidos temas cruciais como a nova PAC, a renovação geracional, a gestão de recursos hídricos na agricultura, a promoção da atividade

agrícola nas redes sociais como fator de atração para o setor, e os desafios no acesso ao crédito.

O evento contou com a presença do Comissário Europeu para a Agricultura e Alimentação, Christophe Hansen.

DIRETIVA RELATIVA AO TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS

A Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de novembro de 2024 relativa ao tratamento de águas residuais urbanas foi publicada no Jornal Oficial da União Europeia no dia 12 de dezembro de 2024.

O prazo para a transposição do texto para o direito nacional é 31 de julho de 2027.

O texto da nova diretiva tem em conta a situação específica das regiões ultraperiféricas da União e confirma que em termos de tratamento das águas residuais urbanas, deverá ser prestada especial atenção à difícil topografia e insularidade desses territórios.

MADEIRA: UMA REGIÃO INTELIGENTE, INOVADORA E SUSTENTÁVEL



Nos dias 5 e 6 de dezembro de 2024, a Agência Regional para o Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação (ARDITI) e a Associação Comercial e Industrial do Funchal – Câmara de Comércio e Indústria da Madeira (ACIF-CCIM) organizaram uma conferência intitulada “The Future is... Madeira Innovation Fest 2024”.

O evento reuniu empresários, cientistas, decisores públicos, criativos e empreendedores visando inspirar e colocar a Madeira no mapa como uma região inteligente e sustentável, e celebrar o poder transformador da inovação com foco na sustentabilidade.

Entre os oradores de destaque, esteve Maurizio Rossi, cofundador da H-FARM, uma das maiores plataformas de inovação da Europa, cruzando educação, empreendedorismo e tecnologia, Manuel Tânger, fundador da Beta-i, consultora de inovação colaborativa com alcance global que trabalha a sustentabilidade de forma sistémica, e Leonel Moura, pioneiro em arte robótica e IA. Exploraram como a inovação pode impulsionar o progresso e a competitividade.

Candy Flores, cofundadora da plataforma digital Madalia.World, Tiago Forjaz, fundador da MighT - Elevate Talent, Rita Piçarra, especialista em desenvolvimento pessoal, e Eliano Marques exploraram como o futuro do trabalho pode ser transformado pela tecnologia, impulsionando a sustentabilidade.

<https://www.arditi.pt/pt/>

DEBATE NA MADEIRA SOBRE O FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO



O Instituto de Desenvolvimento Regional da Região Autónoma da Madeira organizou um debate sobre o Futuro da Política de Coesão no dia 31 de outubro de 2024. O evento abordou temas de desenvolvimento social, económico e territorial e desafios de uma transição digital e ecológica justa e inclusiva.

O Secretário Regional das Finanças do Governo da Região Autónoma da Madeira Rogério Gouveia, responsável pelos Assuntos Europeus, recordou o papel essencial da política de coesão no processo de integração Europeia e salientou a importância do apoio a certos setores nas regiões ultraperiféricas, em particular ao setor agrícola com o reforço do orçamento POSEI, e ao setor das pescas com o apoio à renovação da frota de pesca artesanal com verbas do FEAMPA. Apelou à defesa contínua do estatuto da ultraperiferia e da sua diferenciação face a outras realidades europeias que deverá ser refletida no próximo quadro financeiro plurianual.

Salientou também a importância da relação de parceria com a Comissão Europeia e destacou também o apoio do Parlamento Europeu que demonstra ter uma sensibilidade particular para as especificidades da ultraperiferia através de diversos pareceres ao longo dos anos.

Neste encontro, foi feita uma abordagem ao Relatório do Grupo de Especialistas de Alto Nível sobre o Futuro da Política de Coesão *“Forging a sustainable future together: cohesion for a competitive and inclusive Europe”*, bem como ao 9.º Relatório sobre a coesão económica, social e territorial.

Estiveram presentes no evento o Secretário de Estado do Planeamento e do desenvolvimento Regional, a Chefe de Unidade responsável por Portugal da Direção-Geral da Política Regional da Comissão Europeia, e o Vice-presidente da Agência para o Desenvolvimento e Coesão.

OPORTUNIDADES DE EMPREGO NAS INSTITUIÇÕES EUROPEIAS



As instituições europeias pretendem recrutar **tradutores** (grau AD 5) para dinamarquês (DA), grego (EL), inglês (EN), espanhol (ES), francês (FR), italiano (IT), maltês (MT) e neerlandês (NL).

O prazo para a apresentação de candidaturas tem início a 3 de dezembro de 2024 e termina às 12 horas de Bruxelas de 14 de janeiro de 2025.

<https://eu-careers.europa.eu/pt-pt/translators-da-el-en-es-fr-it-mt-and-nl>

Continuam abertos os processos de seleção de diferentes perfis para **agente contratual**.

Não existe prazo para apresentar as candidaturas.

https://eu-careers.europa.eu/pt-pt/job-opportunities/cast_list

O EPSO anunciou que irá publicar, em 15 de janeiro de 2025, um **curso para administradores no domínio da fiscalidade** (grau AD6). O curso abrangerá dois domínios:

1. Fiscalidade direta (incluindo direito fiscal)
2. Fiscalidade indireta (incluindo direito fiscal)

<https://eu-careers.europa.eu/pt-pt/upcoming-selection-procedures>

Oportunidades de **estágios**:

<https://eu-careers.europa.eu/pt-pt/job-opportunities/traineeships?institution=All>

CALENDÁRIO DE JANEIRO 2025 EM BRUXELAS

Semana de 6-10	Semana de 13-17	Semana de 20-24	Semana de 27-31
PARLAMENTO			
Folga	Reuniões dos grupos políticos do Parlamento Europeu em Bruxelas	Reuniões das comissões parlamentares do Parlamento Europeu em Bruxelas	Sessão plenária do Parlamento Europeu em Estrasburgo
CONSELHO			
		Eurogrupo Reunião informal dos ministros da Educação Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)	Conselho (Agricultura e Pescas) Conselho (Negócios Estrangeiros) Conselho (Assuntos Gerais) Reunião informal dos ministros da Justiça e Assuntos Internos

GABINETE DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA JUNTO DA UE

Rond-point Schuman, 14 – 4.º | 1000 – Bruxelas | BÉLGICA

[Direção Regional dos Assuntos Europeus](#)

<https://www.madeira.gov.pt/>

[Quero receber este boletim](#) | [Quero deixar de receber este boletim](#)